



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**ACTA N.º 5/XI/1.ª**

Aos nove dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas dez horas e dez minutos, reuniu, na Sala 2 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

**10:00 Horas**

1. **Distribuição de iniciativas legislativas;**
2. **Apreciação e votação do parecer sobre o teste de subsidiariedade da COSAC - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões e dos actos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um certificado sucessório europeu (COM 2009/154 e SEC 410 e 411)**

**Relator: Deputado António Gameiro (PS);**

3. **Apreciação e votação do parecer sobre os Projectos de Lei n.ºs: - 89/XI/1ª (PSD) - "Crime de enriquecimento ilícito no exercício de funções públicas" - 90/XI/1ª (PSD) - "Combate a corrupção"**

**Relatora: Deputada Assunção Cristas (CDS-PP);**

4. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições;**
5. **Apreciação do projecto de relatório de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis (4.ª sessão legislativa da X Legislatura);**

6. **Outros assuntos;**

**11:30 Horas**

**Audição conjunta dos candidatos a membros efectivos e suplentes do Conselho Superior do Ministério Público e do Conselho Superior da Magistratura (cuja designação compete à Assembleia da República), nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República;**

**15:00 Horas**

**Audição ordinária do Ministro Administração Interna (nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República);**

**17:00 Horas**

**Audição conjunta dos candidatos a membros efectivos da Comissão para a Coordenação da Gestão dos Dados Referentes ao Sistema Judicial e do Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários (cuja designação compete à Assembleia**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**da República), nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República.**

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Aberta a reunião pelo Presidente da Comissão, Senhor Deputado Osvaldo de Castro, foram distribuídas à Senhora Deputada Assunção Cristas (CDS/PP) os Projectos de Lei n.ºs: - 89/XI/1ª (PSD) - "Crime de enriquecimento ilícito no exercício de funções públicas" - 90/XI/1ª (PSD) - "Combate a corrupção".

Relativamente aos Projectos de Resolução n.ºs 25/XI/1ª (PSD) – “Recomenda ao Governo a alteração, neste início de legislatura, de diversos aspectos da lei de política criminal” e 26/XI/1ª (PSD) “Constituição de uma Comissão Eventual para o acompanhamento político do fenómeno da corrupção a para a análise integrada de soluções com vista ao seu combate”, o GP do PSD informou que, ao abrigo do disposto no artigo 128º do RAR, a sua discussão se realizará em reunião plenária.

A Senhora Deputada Assunção Cristas (CDS/PP) apresentou então os pareceres relativos aos Projectos de Lei n.ºs: - 89/XI/1ª (PSD) - "Crime de enriquecimento ilícito no exercício de funções públicas" - 90/XI/1ª (PSD) - "Combate a corrupção".

Submetidas a votação, as respectivas partes I e III foram aprovadas com os votos a favor do PSD, do CDS/PP, do PCP, do BE e do PEV e a abstenção do PS.

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) informou que o relatório final relativo à Petição nº 570/X – “Solicita a aprovação urgente da regulamentação do Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana e a alteração do projecto de revisão deste” - será submetido à apreciação da Comissão na próxima reunião.

O Senhor Presidente deu conta do relatório de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis (4ª sessão legislativa da X Legislatura) e dos ofícios que serão enviados aos membros do Governo competentes, tendo em vista a adopção das providências adequadas à concretização da respectiva regulamentação.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Procedeu-se à fixação da redacção final do texto da Resolução “10º Aniversário do Dia pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres” com aceitação das alterações de redacção sugeridas na Informação n.º 137/DAPLEN/2009 e na Comissão, no sentido de se aperfeiçoar o estilo do texto em, para além das seguintes que a Comissão deliberou, por unanimidade, aprovar:

- no n.º 1, onde se lê “*Que o fenómeno da violência de género seja melhor analisado...*”, deve ler-se “*Que o fenómeno da violência de género seja mais bem analisado...*”;
- no n.º 3, onde se lê “*...um maior envolvimento dos homens, neste esforço...*”, deve ler-se “*...um maior envolvimento dos homens neste esforço...*”.

Seguidamente, o Senhor Deputado António Gameiro (PS) apresentou o parecer sobre o teste de subsidiariedade da COSAC – “Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à competência, à lei aplicável, ao reconhecimento e execução das decisões e dos actos autênticos em matéria de sucessões e à criação de um certificado sucessório europeu (COM 2009/154 e SEC 410 e 411)”.

Submetida a votação, as partes I e III foram aprovadas por unanimidade, registando-se a presença de todos os Grupos Parlamentares.

Seguidamente, o Senhor Presidente informou que S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República concordou com a proposta que o Júri do Prémio Direitos Humanos, constituído no âmbito desta Comissão e composto pelos Senhores Deputados Osvaldo de Castro, que preside, Ricardo Rodrigues (PS), Guilherme Silva (PSD), António Filipe (PCP), Telmo Correia (CDS-PP), Helena Pinto (BE) e José Luís Ferreira (PEV), lhe apresentou, atribuindo o Prémio Direitos Humanos 2009 à Associação Portuguesa de Deficientes, em virtude do trabalho desenvolvido em prol da integração das pessoas com deficiência e atribuir a medalha de ouro comemorativa do 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos do Homem conjuntamente à Operação “Nariz Vermelho”, pela obra levada a cabo no sentido de tornar mais terna e feliz a experiência das crianças internadas em instituição hospitalar, e à cidadã Catarina de Albuquerque, pelo extenso trabalho desenvolvido na defesa dos Direitos Humanos no plano nacional e internacional.

Informou ainda que a cerimónia de atribuição do Prémio e das medalhas de ouro, seria presidida por S. Ex.ª o Presidente da Assembleia da República e teria lugar no próximo dia 10



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

de Dezembro, pelas 12 horas, no Salão Nobre do Palácio de S. Bento, convocando-se todos os Senhores Deputados da Comissão para o efeito.

Foi então a reunião interrompida. Eram dez horas e quarenta minutos.

Pelas onze horas e quarenta e cinco foi reaberta a reunião pelo Senhor Presidente e deu-se início à audição conjunta dos candidatos a membros do Conselho Superior do Ministério Público (efectivo: Dr. José António Pinto Ribeiro; suplente: Dr. Manuel Carlos Falcão Gonçalves) e do Conselho Superior da Magistratura (efectivos: Dra. Florbela de Almeida Pires, Prof. Dr. José Francisco Faria Costa, Prof. Dr. Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto, Dr. Rui Filipe Serra Serrão Patrício, Dr. Manuel Artur Barbot Veiga de Faria e Dr. Victor Manuel Pereira de Faria; suplentes: Dr. Ilídio Renato Garrido Matos Pereira, Pedro Miguel dos Santos Duro Lopes e Dra. Maria Helena Terra de Oliveira), cuja designação compete à Assembleia da República, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Presidente, começou por apresentar os candidatos e, sucintamente, os respectivos curricula, após o que intervieram os Senhores Deputados Ricardo Rodrigues (PS) e Fernando Negrão (PSD), que colocaram algumas questões aos candidatos.

Responderam às questões colocadas o Dr. Rui Filipe Serra Serrão Patrício, os Profs. Drs. Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto e José Francisco Faria Costa, o Dr. José António Pinto Ribeiro, a Dra. Florbela de Almeida Pires, o Dr. Manuel Artur Barbot Veiga de Faria e o Dr. Pedro Miguel dos Santos Duro Lopes.

Finalmente, o Senhor Presidente pôs à consideração da Comissão o texto do ofício a enviar a S.Exa o Presidente da Assembleia da República que conclui no sentido de poder proceder-se à eleição dos candidatos e que foi aprovado por unanimidade.

A reunião foi interrompida às treze horas e trinta minutos, tendo as audições sido gravadas em áudio, que serão, depois de transcritas, anexadas à presente acta, dela passando a fazer parte integrante.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Pelas quinze horas e quinze minutos, a reunião foi reaberta pelo Senhor Presidente para audição ordinária do Ministro Administração Interna (nos termos do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República).

O Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira, que vinha acompanhado pelos Secretários de Estado Adjunto e da Administração Interna, Dr. José Conde Rodrigues, da Administração Interna, Dra. Dalila Araújo, e da Protecção Civil, Dr. Vasco Franco, começou por fazer uma intervenção inicial.

Intervieram seguidamente os Senhores Deputados Luís Montenegro (PSD), Nuno Magalhães (CDS/PP), Jorge Machado (PCP), Helena Pinto (BE), António Gameiro (PS), Maria Manuela Augusto (PS) e Bacelar Gouveia (PSD), colocando questões e pedindo esclarecimentos, a que o Senhor Ministro deu resposta.

Em seguida, deu-se início à audição conjunta dos candidatos a membros efectivos da Comissão para a Coordenação da Gestão dos Dados Referentes ao Sistema Judicial, Tendo esta Comissão, na sua reunião de 9 de Dezembro de 2009, realizado, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República, a audição prévia dos candidatos a membros efectivos da Comissão para a Coordenação da Gestão dos Dados Referentes ao Sistema Judicial *Maria Helena Terra de Oliveira, António Henrique Cabrita e Emanuel João de Freitas Lopes Teixeira* e da candidata a membro do Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários *Maria Luísa Alves da Silva Neto* (cuja designação compete à Assembleia da República), nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República.

O Senhor Presidente, começou por apresentar os candidatos e, sucintamente, os respectivos curricula, tendo dado conta do currículo e apresentação escrita do Senhor Dr. Emanuel Teixeira, após o que intervieram os Senhores Deputados Bacelar Gouveia (PSD), António Gameiro (PS) e Nuno Magalhães (CDS/PP), que colocaram algumas questões aos candidatos.

Os candidatos responderam às questões colocadas, tendo, em seguida, o Senhor Presidente colocado à consideração da Comissão o texto do ofício a enviar a S. Exa o Presidente da Assembleia da República, que conclui no sentido de poder proceder-se à eleição dos



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

candidatos (atenta a verificação dos requisitos necessários ao exercício das funções em causa, bem como a inexistência de quaisquer incompatibilidades para o exercício das mesmas funções, podendo assim proceder-se às eleições previstas respectivamente nas alíneas a) e b) do n.º 3 e no n.º 4 do artigo 25.º da Lei n.º 34/2009, de 14 de Julho, que *Estabelece o regime jurídico aplicável ao tratamento de dados referentes ao sistema judicial e procede à segunda alteração à Lei n.º 32/2004, de 22 de Julho, que estabelece o estatuto do administrador da insolvência e na alínea i) do n.º 1 do artigo 98.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, que Regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, estrutura e funcionamento do Centro de Estudos Judiciários e procede à quarta alteração à Lei n.º 13/2002, de 19 de Fevereiro, que aprova o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais*) e que foi aprovado por unanimidade.

As audições foram gravadas em áudio e vídeo, devendo, depois de transcritas, ser anexadas à presente acta, dela passando a fazer parte integrante.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada às 18 horas e 35 minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**



**(Osvaldo de Castro)**

**Nota: Aprovada em 21-12-2009**



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA  
**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,  
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe  
António Gameiro  
Carlos Peixoto  
Celeste Correia  
Fernando Negrão  
Filipe Lobo D' Ávila  
Filipe Neto Brandão  
Guilherme Silva  
Helena Pinto  
Hugo Velosa  
Isabel Oneto  
Jorge Bacelar Gouveia  
José Luís Ferreira  
Luís Montenegro  
Maria do Rosário Carneiro  
Maria Manuela Augusto  
Miguel Macedo  
Miguel Vale Almeida  
Nuno Magalhães  
Osvaldo de Castro  
Ricardo Rodrigues  
Teresa Morais  
Assunção Cristas  
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Luís Pita Ameixa

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: